

Brasil pode ter nova Constituição em 1982

THOMAZ COELHO, da
Sucursal de Brasília

O Brasil terá uma nova Constituição, que tenha do primeiro ao último artigo a aprovação do Congresso Nacional. Essa será a última etapa do projeto político do presidente Figueiredo, programado para os primeiros quatro anos e que será executada, dentro dos prognósticos efetivados pelos coordenadores políticos, no final de 1981 ou princípio de 1982.

O ministro da Justiça, Petrônio Portela, observa que, para elaboração de uma nova Constituição, não é necessariamente obrigatória a convocação de uma Constituinte, até porque o atual Congresso tem poderes constituintes. Mas entende que uma nova carta constitucional, dotada de artigos que não se conflitem com o processo de abertura política, é consequência natural da normalização institucional do País.

INSTITUCIONALIZAÇÃO

O projeto político do governo, articulado e elaborado pelos ministros Golberri do Couto e Silva e Petrônio Portela, vem sendo executado matematicamente, dentro de um cronograma cuidadosamente efetivado e rigorosamente cumprido. No próximo ano, o governo estará preocupado exclusivamente com o restabelecimento das eleições diretas para os governos estaduais e a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores por dois anos, sem contar com o trabalho maior que será o da reorganização partidária, dando consequência à reformulação que foi feita este ano.

Em 1981, caberá ao ministro da Justiça iniciá-lo com mais um desafio: o de elaborar uma nova constituição. A partir daí, ainda não está definitivamente resolvido sobre a estratégia, mas é provável que o senador Petrônio Portela reabra o debate em todas as universidades, sindicatos e entidades de classe para que ofereçam ao governo sugestões para serem colocadas em prática no novotexto constitucional.

O projeto poderá chegar ao Legislativo no final de 81, mas há quem deseje que somente seja examinado, pelo atual Congresso, no princípio de 1982. A nova constituição exterminará por inteiro as sequelas geradas pelo período de exceção e dará à Nação uma carta legitimada pelo Congresso e não outorgada pela Junta Militar. "Será uma constituição que será do primeiro ao último artigo votados pelos congressistas" — ressalta um influente político do governo.

COM MAIORIA

Os coordenadores políticos do governo acentuam que para a execução de todo projeto político do governo "há necessidade de que o partido que lhe dará sustentação política disponha de maioria absoluta nas duas casas do Congresso". "Não desejamos, disse um dos mentores governamentais, comprometer qualquer partido. Queremos cumprir o nosso projeto que se consagrará com a nova constituição, legitimada pelo atual Congresso e sem qualquer dispositivo que possa ter qualquer vinculação com o período de arbitrio".

A atual Constituição de 1967, transfigurada através da emenda número 11, outorgada por uma Junta Militar que assumiu o poder desrespeitando os dispositivos da própria Constituição, é que está em vigor. Com o processo de abertura, as modificações básicas realizadas pela reforma política de 1978, através da emenda número 11, revogaram toda legislação de exceção, embora tenham modificado os mecanismos constitucionais que foram considerados indispensáveis para aquele momento.

Hoje, segundo os coordenadores políticos do governo, a Constituição brasileira tem inúmeros artigos, oriundos do regime de exceção, que estão em conflito e até mesmo devem ser regulamentados através de leis ordinárias. Essa completa revisão, todavia, será realizada pelo governo, através de proposta ao Congresso de uma nova Constituição.

Com treze emendas constitucionais, a carta vigente é considerada uma colcha de retalhos, carecendo ainda da legitimidade desejada por todos. A ideia da "Constituinte com João" é considerada válida, mas não nos termos que desejam alguns setores oposicionistas.

Congresso será Constituinte

BRASÍLIA (Sucursal) — A possibilidade de transformação do atual Congresso em Constituinte foi confirmada, ontem, por ministros da área política do governo federal, que se manifestaram em "off".

"Se tivéssemos concordado — disse um deles — com a ideia da Constituinte quando seus defensores eram da oposição, portanto minoria, talvez ensejássemos distorções perigosas para o processo político brasileiro. Não havíamos de permitir que a minoria (o MDB) exigisse e impusesse algo (a Constituinte) que não contava com o beneplácito da maioria (a Arena), explicou um dos ministros. Agora, em virtude da reformulação partidária, com os partidos agrupados em torno de ideias que seriam, segundo os ministros, menos maniqueístas, esse perigo de radicalização, numa Constituinte, está superado.

PREVISÃO

Um jornalista lembrou aos ministros que já haviam previsto, em artigo assinado, que o governo poderia se apossar da tese da Constituinte, desde o momento em que a Arena assumiu a bandeira da anistia, então em poder do MDB. Isso poderia ocorrer ainda no governo Figueiredo. A respeito da Constituinte, teria havido descompasso entre a Arena e MDB, mas não oposição de interesses, ainda segundo o repórter.

O mesmo ministro, entretanto, insistiu em que, à época do bipartidarismo, e no clima de exaltação de uma Constituinte, poderiam sobrevir duas hipóteses: "ou a maioria impor suas ideias, sem considerar as contribuições da minoria, ou a minoria dobraria a maioria e levaria o País no rumo do irrealismo". Hipóteses estas que estão afastadas.

"Teremos, na ocasião oportuna — e o juiz da oportunidade é o general Figueiredo — uma Constituinte totalmente reformada, segundo as aspirações do País, atendendo à média de opiniões dos partidos", disse o ministro.

ELEIÇÃO INDIRETA

Entre as ideias que não serão acolhidas, na reforma

constituinte, está a do retorno das eleições diretas para presidente da República. "É claro que a atual fórmula indireta não é democrática, embora nos tenha propiciado a escolha de um presidente comprometido, sinceramente, com a democracia. Assim, far-se-á a reforma dos critérios de composição do colégio eleitoral, de modo a democratizar o mais possível a opção desse organismo."

Negou esse ministro que as eleições presidenciais indiretas possam permitir a prática de corrupção, para favorecer candidatos política ou economicamente poderosos.

Mudando de assunto, os dois ministros recordaram o surgimento do processo que levou à reformulação partidária, com a implosão da Arena e do MDB. Um deles disse ter-se divertido com "as reclamações de dirigentes oposicionistas, segundo as quais o governo, por meios violentos, pretendia assassinar a oposição".

Reconheceu o mesmo ministro, no entanto, que a ideia da extinção dos partidos criados pelo Ato Institucional nº 2, em 1965, "em seu início só tinha opositores, mesmo na área do governo".

Ao comentarem alguns repórteres que, com a implosão partidária, não haveria mais condições de impedir que as eleições de governadores em 1982 fossem diretas e, assim, provavelmente o Governo seria derrotado em diversos Estados, um dos ministros retrucou, de modo enigmático, mandando que "os comentaristas políticos lessem a legislação político-eleitoral com atenção".

Ante a estranheza dos jornalistas, o mesmo ministro não negou, adiante, que o "Arenão" — o Partido Democrático Social, que substituirá a Arena — venha a fazer, nos pleitos estaduais, acordos com partidos oposicionistas, visando ao lançamento de candidatos comuns, a governador e ao Senado. Deixou transparecer, porém, que confia nas possibilidades de lançamento de candidatos próprios, através de sublegendas, um instituto que — como admitiu — sempre beneficia o Governo.

Durante a conversa informal, outros temas suscitados pelos repórteres e aceitos pelos ministros foram a atuação do sr. Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul e reorganizador do Partido Trabalhista Brasileiro, e do secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, sr. Luís Carlos Prestes.

"O que fizeram e estão fazendo com o Brizola é uma tolice nunca vista e só pode ter sido ditado pelas ambições eleitoreiras de alguns."

Segundo o ministro que fez tal comentário, foi um grave erro dos emedebistas não terem ajudado a constituir o PTB, integrando-se nele. "O PTB — salientou — é uma legenda que anda sozinha, não precisa de ninguém. Assim, embora não tendo obtido apoio agora, no Parlamento, deverá dar uma "lavagem" eleitoral, mais tarde."

Do ex-senador Luís Carlos Prestes, o comentário foi incisivo: "Ele devia ter voltado antes."

Os repórteres também estranharão. "Mas o PCB não está criando problemas?"

"Eu falo do Prestes — respondeu o ministro. Acho que ele devia ter voltado muito tempo antes."

Admitiu, sem desmentir os reparos dos repórteres, que a ação desenvolvida por Prestes tem ajudado o governo, pondo em xeque, quase sempre, as posições de adversários tradicionais da política do presidente Figueiredo.

Ambos os ministros reconheceram, contudo, ao destacarem os desdobramentos favoráveis do processo político, que a situação econômica e social do País apresenta sérias dificuldades. Os dois acentuaram que as áreas próprias do governo ainda não conseguiram equacionar soluções para estes problemas, mas — como disseram — trata-se de assunto que não lhes diz respeito. Um dos problemas considerados mais sérios — o da violência urbana — segundo afirmaram, está sob a responsabilidade dos governos estaduais, aos quais incumbe manter a ordem pública. "O governo federal — acrescentou um ministro — só pode intervir quando solicitado."

ANC 88
Pasta 77/79
016/1979